

IOANNES IV. REX LVSTANIAE XVIII

Justitia, et pax osculata sunt.



Atualidade de Antônio Vieira na Amazônia: uma controvérsia do século XVI para reanimar o século XXI

José Varella Pereira - I.H.G.PARÁ

Biodiversidade e diversidade cultural estão na ordem do dia e a Amazônia é vista como “pulmão” do mundo ameaçado pela mudança climática entre notícias reincentes de devastação da floresta tropical chuvosa e práticas desumanas de trabalho análogo à escravidão ainda encontradas em latifúndios da região. Este confronto entre civilização e barbárie nos Trópicos criou clichê passando ao longo do tempo a um retrato em preto e branco; mas, já no século XVI, com o dominicano espanhol Bartolomeu de Las Casas, e no século XVII com o jesuíta português Antônio Vieira a questão não era tão simples. Do que resultou copiosa literatura e numerosos debates eruditos, ainda que com escassa divulgação política entre a população para não afetar os interesses econômicos da Colonização.

A *Intelligentsia* brasileira, provavelmente, por preconceito adquirido do iluminismo português e do positivismo francês mais tarde, ainda não deu plena importância ao papel histórico do Padre Antônio Vieira na Amazônia durante o período em que ele viveu na região, entre 1652 e 1661, quando, com gênio de estadista da Contra-Reforma e visionário do futuro, o orador barroco perturbou a injusta ordem estabelecida para restringir o cativo e tratar índio como gente. Pior ainda quanto ele como diplomata da monarquia de Lisboa na Haia abordou, sob sigilo, com o rabino Menasseh Ben Israel possível retorno a Portugal de judeus exilados por motivo religioso. Condenado a ficar em silêncio remeteu seus papéis ao futuro que parece agora se liberar 350 anos depois da carta de Cameté ao bispo do Japão e celebrar as pazes dos Mapuá [Breves, Marajó] de 1659: isto lhe valeu maltratos e violenta expulsão do Pará, e aquilo, cárcere e condenação pelo Santo Ofício.

Escritor prolixo, porém, elegante e orador brilhante Vieira, personalidade complexa e contraditória; era apaixonado pela arte política. Como praticante dos *Exercícios Espirituais* de Loyola esforçava-se por trilhar o caminho da humildade contra seu espírito orgulhoso; inteligência arguta, ele compreendeu imediatamente que meio século de convivência pacífica entre mercadores hereges (protestantes) e índios do Amapá, Xingu, Baixo-Amazonas e ilhas do Marajó no trato de escambo (troca comercial direta sem moeda) contrastava com a rudeza e pobreza dos colonos portugueses ávidos de escravos.

Estava visto que na a metrópole havia capitais suficientes para promover os negócios ultramarinos do Reino, nem a colônia amazônica (entre Pernambuco sob ocupação de Nassau e posições anglo-holandesas hostis nas Antilhas e Guianas) poderia ter vida longa a continuar a saquear e escravizar nações indígenas. Este é o ponto central da missão de Vieira para recuperar a confiança abalada depois que aconselhou a entrega do Maranhão e Grão-Pará à Holanda em troca da devolução de Pernambuco, além do aspecto ético e humanitário explícito. O que extrapola ao puro interesse português para situar-se no equilíbrio de forças entre monarquias européias de seu tempo.

Ao se distanciar das cortes, a temporada amazônica serviu a ele para ver com outros olhos o drama de Portugal arruinado e inferiorizado pela “cegueira” que foi principalmente causa da expulsão dos judeus e consequência do erro na desastrada tentativa de levar adiante a invasão do Marrocos com sacrifício de dom Sebastião como castigo divino a toda nação corrompida pela riqueza das Índias. O visionário da *História do Futuro* se propõe no Novo Mundo a recuperar o passado, como Paulo de Tarso a caminho de Damasco, tendo caído as escamas dos olhos, descobriu novos horizontes para toda humanidade... A palavra chave do plano e ação de Vieira é *conversão* da Cristandade enquanto a utopia evangelizadora consistia na volta à pureza das origens do cristianismo. Donde a idealização da figura do Índio como retorno ao ponto de partida. Como disse um de seus biógrafos, salvando os outros, Vieira salvou a si mesmo da perversidade daquele século.

Assegurar liberdade religiosa em solo português e reabrir os portos a capitais judeus expatriados era salvação da economia, mas também iria provocar a casta de cristãos-velhos escorada na Inquisição, conforme a concordata do Padroado português dando poderes à realeza na administração da Igreja. No Maranhão e Grão-Pará conquistado pelo arco tupinambá ao lado de mamelucos e uns poucos soldados, viu ele o risco de se perder a posse, pois os “cavaleiros cristãos” apenas batizados estavam esgotados, cansados de guerra e dizimados por epidemias. Assim, a segurança do Grão-Pará dependia mais da liberdade e confiança dos tapuias amigos dos estrangeiros e inimigos dos ditos tupinambás.

Da constatação da instabilidade real da Península e insegurança da colônia parece ter sido revitalizada e impulsionada na mente de Vieira a utopia do Quinto Império nascendo dali também projeto de autogestão da Missão amazônica como concretude inicial do esperado reino de Cristo consumado na Terra para renovação espiritual e política do Ocidente. Ou seja, embrião local para uma nova ordem mundial capaz de superar o colonialismo no nascedouro e estruturar o território ultramarino num ritmo vagaroso, porém eticamente seguro. Comparativamente, via-se na história da Amazônia missionária algo parecido ao caso do Paraguai jesuítico, levando posteriormente à tentativa frustrada de auto-suficiência guarani com que a mer-

cantilista Inglaterra não consentiu e fez abortar com a tríplice aliança Argentina-Brasil-Uruguai. Mas, no engenho político do Padre Vieira que elaborou a lei de abolição dos cativeiros, de 9 de abril de 1655, estaria no Grão-Pará esboçado o paradigma do hoje chamado “desenvolvimento sustentável”?

Pelo menos se poderia dizer, de certo modo, que a Missão amazônica é precursora da Teologia da Libertação ao reconhecer no índio – como se acha em várias partes – o direito humano de nação autônoma com capacidade de decidir seu destino entre a soberania desta ou daquela potência. Já que a realidade colonial não permitiria mais a antiga independência autóctone forjada durante séculos por moto próprio na passagem do páleo ameríndio para o neolítico sul-americano.

Pode-se dizer que Vieira atirou no que viu e acertou no que não viu: mas ele não é falso profeta nem traidor de Portugal como disseram seus inimigos. Um vulgar manipulador de crenças e esperanças do povo criado em meio a sonhos e milagres. Acreditava, como Las Casas, que o fim do mundo estava próximo (chegou mesmo a prever o ano de 1666 como ano messiânico em que o reino de Deus se instalaria na Terra entre cataclismos).

Neste caldo de cultura apocalíptica, o terremoto de Lisboa em 1755 viria a ser explorado politicamente pelos jesuitas e se tornou no clímax do conflito com o iluminismo representado no governo do Marquês de Pombal, com o horrível espetáculo da execução do ex-reitor do Seminário do Pará, padre Gabriel Malagrida, no patíbulo da Inquisição debaixo da brutalidade da política esclarecida portuguesa para desencanto total de Voltaire. A Companhia de Jesus seria banida de Portugal, Espanha e França terminando por ser extinta por ordem do Papa, sobrevivendo apenas em condições excepcionais na Rússia e Alemanha. Mas Vieira já estava morto e sepultado... No auto exílio na Amazônia o *Payaçu* reciclou o sebastinismo e o lançou ao porvir para que outros como Pessoa e Agostinho da Silva fossem mais adiante. Agora, de novo, aos 400 anos de nascimento de Vieira, a Amazônia da CPLP provoca reflexões sobretudo isto.

Incorporação do *uti possidetis* ancestral na posse de 1750

Homem-síntese do século XVII, a atualidade de Vieira se faz notar ainda mais agora, quando a certeza cartesiana está em crise no plano da Ciência, e na Política a opinião mundial considera a floresta amazônica como “pulmão do mundo” e patrimônio da humanidade, desvantagem da soberania do Brasil, embora o mundo não perceba, e até mesmo a maioria dos brasileiros, que o Brasil é o maior país amazônico da Terra no condomínio da América do Sul. Após a guerra colonial para expulsar concorrentes de Espanha e Portugal, em 1615 com a tomada do Maranhão e fundação do forte do Presépio (Belém, 1616); seguiu-se a ocupação e fortificação de Gurupá (1623) na conquista do rio das Amazonas até pouco depois de 1639. Este feito sob direção de Portugal somente foi realizado graças à estranha motivação para a guerra demonstrada pelo Bom Selvagem tupinambá, em realidade o verdadeiro conquistador da Amazônia.

A Conquista do rio das Amazonas iniciada com a tomada do Maranhão (1615) foi coroada de êxito pela monumental entrada de Pedro Teixeira de Belém a Quito, nos Andes. Uma impressionante flotilha em canoas armadas de 1200 arcos e remos e alguns arcabuzes, que durou dois anos rio acima e rio abaixo, de 1637 a 1639. Um ano



após esta façanha, aconteceu a independência do reino de Portugal restaurada, depois de estar perdida desde 1580, quando começou a União Ibérica. Nesse momento, da Bahia com 33 anos de idade saiu o Padre Antônio Vieira na comitiva que prestou juramento de vassalagem e fidelidade ao novo monarca João IV de Bragança. Logo ele conquistou confiança do rei e assumiu relevantes funções de estado cruciais para consolidação da nova independência. Na Amazônia, começava pouco antes de sua chegada o longo capítulo da Colonização propriamente dita.

Separado do Brasil com capital em Salvador, o estado do Maranhão e Grão-Pará (1621) [Amazônia lusitana], com capital em São Luís, foi criado sob domínio de Castela. Foram, portanto, na América do Sul duas colônias portuguesas dentro da União Ibérica. Ademais a colônia luso-amazônica estava inicialmente limitada ao sul até o Ceará e ao norte pela posse de Espanha conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), no meridiano de 370 léguas a oeste de Cabo Verde onde viria supostamente passar a “linha” divisória sobre Belém do Pará e Laguna (SC).

Assim, a fronteira entre os domínios de Portugal e Espanha atravessava teoricamente a baía do Marajó separando suas duas margens. Entretanto, a relação de hostilidade hereditária entre índios Nheengaiba da costa setentrional amigos dos holandeses e tupinambá da costa meridional aliados aos portugueses, fazia de fato o litoral da grande ilha do Marajó a chamada Costa-Fronteira do Pará, como se lê ainda na separata da *Viagem Filosófica, a Notícia Histórica da Ilha Grande de Joanes, ou Marajó* (Lisboa, 1783), de autoria de Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo.

A viagem de Pinzón três meses antes de Cabral achou a foz do rio *Santa Maria de la Mar Dulce* [Amazonas], mas, na incerteza dos limites, o relato desse achado foi deixado em segredo, como ocorreu também depois a viagem de Orellana em 1542. A Costa-Fronteira se tornou mais viva ainda com a resistência dos aguerridos habitantes das ilhas amigos dos holandeses e britânicos expulsos entre 1623 e 1647. Por causa deste sucesso das armas ibéricas o capitão-mor Bento Maciel Parente obteve de Castela doação do Cabo do Norte (Amapá); todavia o donatário não teve meios para efetivar a posse apesar de levantar um marco com o brasão de Portugal na foz do rio Oiapoque. Afastados os estrangeiros, entretanto, a guerra não havia solução de continuidade visto que os insulanos não se submetiam aos vencedores e nem permitiam passagem franca de canoas do Pará através dos Estreitos de Breves em direção ao rio das Amazonas. Por acaso, a linha tordesilhana apesar da empolgante entrada de Pedro Teixeira – realizada há 20 anos passados – permanecia invicta na referida costa-fronteira no arquipélago marajoara.

Esta situação de fato levou a Câmara de Belém a pedir autorização real para dar a guerra justa [extermínio e cativoiro] aos índios do Marajó ao tempo do governador André Vidal de Negreiros, que inclusive pretendia transferir a capital do Pará para Joanes [ilha do Marajó], no que os edis belenenses não consentiram. Vieira se destaca como ferrenho opositor à guerra que ele considerava impossível de os portugueses vencerem, devido à carência de meios. Além da extrema dificuldade do terreno desconhecido pelos atacantes e controlado há tanto tempo pelos defensores em numero por ele estimado em até 50 mil índios.

Duas tentativas armadas fracassaram, a primeira por Feliciano Coelho, donatário de Cameté; com pesadas perdas de ambos os lados. Assim também a tentativa de

paz pelo padre João de Souto Maior que, entretanto, abriu brecha na resistência para entendimento e finalmente integração das ilhas ao estado do Maranhão e Grão-Pará, ocorrido nas pazes de Mapuá (Breves) entre 22 e 27 de agosto de 1659, com a decisão dos Nheengaíbas de suspender as hostilidades que já duravam 36 anos, desde a tomada do forte holandês de Mariocai [Gurupá].



Em carta relatando o sucesso das pazes com os índios rebeldes, Vieira informa que desde o começo estes sentindo-se ameaçados pelas armas portuguesas ao lado de inimigos tupinambá, destruíram as aldeias da beira do rio e foram morar em diversos lugares provisórios nos centros da ilha grande recortada de Igarapés, igapós e lagos. Que não podendo esses índios ser localizados em nenhuma parte ficaram eles habitando toda a ilha, e lutando com táticas de guerrilha e uso de setas envenenadas que apareciam de repente e atacavam para recuar rapidamente em suas canoas a velas de Jupati diante da exasperação dos colonos e seus arqueiros desarvorados.

Estes fatos relatados pelo Padre Antônio Vieira não gozam de grande importância na historiografia luso-brasileira. Mas, notavelmente, a Amazônia lusitana com a Adesão do Pará (1823) à independência do Brasil (1822) veio a se tornar brasileira fruto remoto da arrancada de Nova Lusitânia (Pernambuco) e fundação da Feliz Lusitânia (Pará 1616) como boca de sertão para conquista do rio das Amazonas, formação, demarcação e consolidação dos limites internacionais da pan-Amazônia de nossos dias. Se as armas não venceram a resistência dos Nheengaíbas e a paz não lhes trouxe para debaixo da bandeira portuguesa, como então se explica a fundação das aldeias de Guaricaru (Melgaço) e Aricará (Portel) pelos jesuítas do século XVII com o concurso dos próprios Nheengaíbas, onde antes não podiam passar canoas do Pará sem ataque e luta?

Neste movimento arrojado está implícito o espírito sebastianista cuja materialidade se ampara na Lusitânia ancestral. Súditos da coroa portuguesa, inclusive cristãos-novos sob o trono dos Reis Católicos, moviam-se com intento de colocar os pés na bacia amazônica para além da "linha" de Tordesilhas. Era a ilusão do ouro cujo descobrimento a Coroa reprime e Vieira condena em sermões, visto que a notícia disso atrairia a cobiça dos concorrentes. O grande "deserto" verde era anteparo para resguardar as minas do Peru e o coração do continente: quer dizer, eram poucos os portugueses, mas valentes na União Ibérica; e muitos eram os índios em guerra entre si desde antes da presença dos europeus; sempre buscando por meio de alianças apoio externo para resolver o conflito interno. A solução deste antigo conflito, despercebido pelos colonizadores, contou ocasionalmente com a missão de Vieira e a intuição das lideranças das Ilhas em busca de se estabelecer na Terra-Firme (continente), no país do Arapari (constelação do Cruzeiro do Sul).

O feito de Pedro Teixeira encerra com êxito a aposta desses valentes coloniais em recuperar no além mar a perdida glória de Portugal, rompendo ademais a famosa "linha" de Tordesilhas. É sintomático o móvel da expedição com a ereção de marco de fronteira e relato do "Rio do Ouro", antes de a comitiva subir em direção a Quito, aonde chegou não sem causar surpresa e temores aos catelhanos. A presença do Padre Antônio Vieira no Pará, entre 1652 e 1661; doze anos depois da Restauração, se revelará providencial para que o ganho na conquista não se perdesse na colonização.

Segundo capítulo da invenção

Começava o segundo capítulo da invenção com a Restauração da independência de Portugal, pouco depois da volta de Pedro Teixeira da viagem a Quito. Para a história portuguesa essa numerosa gente embarcou da mesma maneira como se arranjavam vadios para tripulação de navios nas viagens marítimas... A Antropologia, entretanto, poderia informar diferentemente sobre o bom selvagem, segundo Montaigne e Rousseau, que teriam inspirado os franceses a resolver seus problemas com os monarcas do antigo regime.

Coincidência ou não, os bravos tupinambá faziam qualquer negócio quando se lhes acenava com notícia para subir o Amazonas. Eles abandonaram os camaradas franceses no Maranhão quando compreenderam que a França Equinocial olhava de preferência para onde os caraíbas já tinham se desenganado do tesouro que vieram buscar. Cada um põe seu tesouro onde tem seu coração... Os ibéricos queriam o El-Dorado, índios procuravam uma mítica terra sem males e franceses queriam cana-de- açúcar, pau-brasil e outras mercadorias de interesse imediato do comércio.

A controvérsia amazônica deriva da polêmica do século XVI com Las Casas nas Índias Ocidentais (Antilhas), a saber se índio tem alma... Se índios são homens plenos ou semi-homens. Enquanto a polêmica se arrastou entre teólogos e acadêmicos, as águas do Amazonas rolaram e bandeirantes e jesuítas chegaram ao coração do continente até onde nenhum homem branco havia colocado os pés. A atualidade de Vieira vem do período em que ele estabeleceu diálogo com os caciques do Marajó chamando-os a participar da empresa colonial portuguesa em vez de continuar ao lado da Holanda.

Conforme cartas do Padre Antônio Vieira, conforme Serafim Leite em *"História da Companhia de Jesus no Brasil"*, tomo IV, Rio de Janeiro e Lisboa, 1943, a controvérsia entre colonos e missionários sobre o governo dos Índios era peça de suma importância naquela época. Contraditórias notícias sobre guerra e paz entre colonos portugueses do Pará e índios do arquipélago do Marajó, no século XVII, encobrem o fato da construção territorial da Amazônia brasileira, a geografia fala por si; a história vacila, ou melhor, a historiografia se perde no labirinto de textos inverossímeis à imitação do descobridor do rio das Amazonas, Francisco de Orellana, o qual tendo descoberto o caminho fluvial dos Andes para o Atlântico, em 1542, não acertou a passagem de volta para dentro do rio e desapareceu em 1544 sem deixar vestígios no emaranhado de ilhas do Rio Pará.

Fato que vale mais que uma metáfora e aviso a conquistadores da antiga terra dos Tapuias. Mestre de gerações, José Honório Rodrigues (*Teoria da História do Brasil*) ensina: "... a História não está empenhada na distração das elites, mas na revelação, ao longo do tempo, para o presente e sob a pressão do presente, da dignidade e do valor da existência humana, e, sobretudo, da necessidade de manter viva a esperança na utopia humana." (p. 473, obra citada, 4ª ed. Companhia Editora Nacional: Brasília, 1978).

É aqui e agora que os acontecimentos tomam forma com nomes, datas e cara de gente, motor do movimento geral de todos tempos e lugares. Cada geração faz sua própria história e reinterpreta fatos do passado agindo no presente. A História se destina aos vivos pelo conhecimento e compreensão dos feitos dos mortos.

Qual a utopia evangelizadora da *História do Futuro* e/ou da *Chave dos Profetas*? Uma ordem de justiça e paz mundial tendo o trono de Portugal como estado, garante Roma com a missão universal em ser farol ético e moral de toda a humanidade. Um tempo messiânico cujos profetas Daniel e Isaías, dentre outros, teriam a concretude de suas palavras no mundo real mediante um ecumenismo radical, manifestado por Jesus Cristo, segundo os Evangelhos.



Qual a utopia selvagem a que mobilizaram profetas antropófagos para vir se acabar no Grão-Pará? A desenfreada busca do Bom Selvagem à procura da mítica terra em que, acreditavam os índios na pregação de seus profetas em transe para a guerra de conquista da terra dos Tapuia, onde não há fome, trabalho escravo, doença, velhice e morte... País mítico que acabou sendo estuário de vários mitos e crenças da diversificada religiosidade popular amazônica.

Por causa da Terra, mal aqueles índios migraram do longínquo Chaco desde a fronteira entre a Bolívia e o Paraguai, passando pelo litoral do Brasil até o alto-Amazonas. Demandavam com violência, em meio a infinitos males no espaço plano, tudo que agora a ciência e tecnologia buscam gradualmente conquistar no espaço-tempo curvo em termos de melhoria progressiva do IDH. Cruzamento, pois, da mitológica terra com o messiânico sebastianismo, fluxo principal de energias vitais ao qual viria se agregar mais tarde a pajelança e a encantaria, nos séculos XVII e XVIII, para consolidar a cultura amazônica emergente nos séculos seguintes, até mostrar sua potência neste Milênio.

Um homem amazônico chamado Piie

O *Payaçu* consumiu sua longa vida a decifrar a chave dos Profetas e veio a ser “imperador da língua portuguesa”, mas ele poderia ter sido mais preciso no trato com seus interlocutores indígenas do inacreditável acordo de paz carente de interesse acadêmico desde as origens. Esta lamentável falha bibliográfica deixa em dúvida se o Padre, em desespero, inventou aquilo ou apenas negligenciou detalhes importantes para o pesquisador da história hoje, todavia, sem maior importância aos destinatários do passado.

A morte do amigo dom João de Bragança, rei de Portugal, um ano após a edição da lei de abolição dos cativeiros que revolucionou a colônia, precipitou os acontecimentos. Ele jogou, então, suas últimas cartadas e abusou do “surrealimo” do lugar, escrevendo de modo a impressionar os preceptores do rei infante, o qual, no golpe da maioria, se revelaria incapaz, vindo a ser destronado pelo irmão dom Pedro II, de Portugal. Vieira deixara o Pará expulso, em 1661; e em 1665, com uma “penada”, dom Afonso VI jogou por terra, promessas de liberdade dos índios, expropriando a ilha ancestral dos Nheengaiabas para doá-la como capitania hereditária a seu secretário de estado, Antônio de Sousa de Macedo, patriarca dos barões de Joanes. A deposição do rei incapaz é tarde demais para a missão amazônica de Vieira, e o novo rei antipatizava com jesuítas implicados no reinado de Dom João. O padre desamparado será condenado pelo Santo Ofício que se vingava dele, e os índios, sem defensor, viram-se sem nenhum direito nos termos gerais da lei de 9 de abril de 1655; ficou o dito por não dito e não adiantava se queixar ao bispo.

A Ilha Grande dos Nheengaíbas foi transformada em capitania da Ilha Grande de Joanes (reina confusão até hoje entre nome e a aldeia velha de Joanes (em Salvaterra-Marajó), que pouco ou nada tem a ver com jesuítas, exceto ser o lugar onde o primeiro jesuíta na Amazônia, Luiz Figueira, e seus companheiros de naufrágio, foram massacrados pelos índios, em 1645.

Ao escrever a célebre carta as *Esperanças de Portugal*, de 29 de abril de 1659, em Cameté [Camutá-Tapera] e promover as pazes do Grão-Pará com as belicosas nações do Marajó, em Mapuá (Breves), entre 22 e 27 de agosto do mesmo ano; o *Payaçu* esboçou genialmente o luso-tropicalismo que hoje dá ânimo à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ai o Pará tem chance de fazer valer sua história na lusofonia e contar a década de Vieira, na Amazônia, num mercado de mais de 200 milhões de falantes de língua portuguesa em Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor e diversos países com importantes contingentes de emigrantes de língua portuguesa. Universo cultural denso e diverso, exuberante na poesia de Fernando Pessoa, na sociologia da escola do Recife, com Gilberto Freyre; na literatura africana de expressão lusófona e a filosofia de Agostinho da Silva.

Vieira, infelizmente, não viu nem poderia compreender em seu tempo a “religião da vingança” praticada pelos tupinambá. Só na segunda década do século XX a Etnologia daria contributo aos historiadores do Brasil autóctone, e aqueles dissimulados catecúmenos, a seu redor, tomavam a eucaristia em lugar do sangue e a carne de inimigos vencidos na posse do território; graças ao engenho apostólico do beato José de Anchieta ao propagar em Piratininga o culto do Sagrado Coração de Jesus, alternativa simbólica à Antropofagia ritual que vinha do culto do deus-Jaguar. Também os caraíbas ou pajés-açus tinham lá sua geopolítica, sem a qual não se chegaria à invenção da Amazônia tal como se conhece.

Dentre tantos personagens sem rosto e nome, escapou do episódio que enfiou os colonos do Pará um único nome escassamente debuxado, exceto o discurso empolgante que Vieira coloca em sua boa para falar à regente viúva Dona Tereza Gusmão, como ele Antônio Vieiraalaria se fosse índio... Aqui, longe de desmerecer o objetivo final que são os direitos humanos daquela corajosa gente, a arte da dissimulação é prova de que ao destacar o mais ladino dos sete caciques de que se tem notícia, Vieira nos convence de sua boa fé.

Por que dentre a babel lingüística, confiado unicamente nos seus “embaixadores” anônimos e na tradução que eles faziam, o Padre recolheu apenas o nome de Piié, tuxaua dos Mapuá? Se ele inventou um nome para este, por que não inventaria sete ou mais? Por que não batizou os emissários com nomes cristãos em vez de lhes deixar anônimos? Para que não fossem depois identificados e pressionados a desdizer a história? É uma hipótese. Talvez, deixando assim, o leitor seja instigado a prestar atenção ao fundo do problema, que somente o futuro poderia deslindar.

No rio das Amazonas, estava em curso uma nova história cujos rumos eram imprevisíveis há quatro séculos, pela qual a milenar cultura da Amazônia latinizada viria a estar no “centro” das discussões sobre novo paradigma civilizatório no Trópico Úmido. Poderá sair do Brasil uma nova civilização para o mundo? Sim. Mais precisamente, da Amazônia. Caso se ultrapasse a estéril polêmica além do discurso para a

práxis dos direitos humanos universais e a conservação do meio ambiente com sustentabilidade econômica.



Diabolização da natureza e do Outro

Com acuidade invulgar o missionário da Amazônia descreve uma paisagem humana impossível de inventar-se a distância. Certamente ele vagou pelos rios levado a remos indígenas e captou a imagem da viagem conservada viva na poderosa memória como uma fotografia: *“Desta sorte vivem os Nhengaibas, Guaianás, Mamaianás, e outras antigamente populosas gentes, de quem se diz com propriedade que andam mais com as mãos, que com os pés, porque apenas dão passo, que não seja com o remo na mão, restituindo-lhes os rios a terra que lhes roubaram, nos frutos agrestes das árvores de que se alimentam.”* (Padre Antônio Vieira / *História do Futuro*).

O drama colonial amazônico com seu dilacerante desafio foi magistralmente colocado por João Lúcio de Azevedo quando, ao investigar a história dos Jesuítas no Grão-Pará, declarou:

trasladado a um mundo novo, o europeu recuava a um estado de civilização anterior [...] e desta arte se explica a necessidade nunca satisfeita de índios, e de africanos mais tarde... (J.L. DE AZEVEDO, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, p. 134).

Vieira descobriu de relance a miséria e ignorância dos pobres e enganados colonos confinados num clima estranho, num lugar onde eles em cegueira descontavam a frustração de suas vidas sobre escravos miseráveis. Para fazer justiça, Vieira enfrentou perigos e arranjou poderosos inimigos, que tiveram interesses contrariados; correu todos os riscos, não poupou fadigas, inventou o futuro com a arte afiada das palavras.

No dia 29 de abril de 1659, na aldeia de Camutá (Cametá) ele escreveu a carta sobre *As Esperanças de Portugal* (cf. Silvano Peloso, *in “Antônio Vieira e o Império Universal: a Clavis Prophetarum e os documentos inquisitoriais”*, Rio de Janeiro: De Letras, 2007, p. 23) que o levaria ao cárcere do Santo Ofício num processo político sob formalidades teológicas e sofismas. Entre 22 e 27 de agosto, se encontrava na ilha do Marajó (rio Mapuá), tratando a paz onde a mão armada não prevaleceu contra a bravura dos marajoaras.

A temporada amazônica deixou feridas na história, quando no exílio e labirinto das Ilhas o padre proclamou: *Bandarra é verdadeiro profeta!*... Convergia com a idéia milenarista de Joaquim de Fiori, o encontro das tribos perdidas na América pelo judeu-português Menasseh Ben Israel. De modo geral, o mundo acadêmico revela escrúpulo em aceitar como fonte para história as cartas do Padre Antônio Vieira. Com estas ressalvas, além de preconceito contra os Jesuítas dos séculos XVII e XVIII, o século XXI reluta em estudar Vieira com o viés dos direitos humanos dos povos indígenas. Ademais, o iluminismo do século XVIII e o positivismo do século XIX fizeram carreira na elite brasileira de modo a combater o clericalismo do Padroado vigente no Império.

Assim, os estudos vierinos levam desvantagem se confundidos vagamente como tentativa de elogio aos missionários de maneira generalizada. É preciso verificar

aspectos contraditórios do personagem que prega a moderação dos costumes, defende índios contra senhores de escravos e advoga vinda de escravos africanos para desenvolver negócios coloniais no Brasil. Certamente a lógica de sua ação compreendia longo prazo e visava a um objetivo maior.

“Leitura” da inverossímil *carta-patente* a sete caciques levada às ilhas por dois “embaixadores” escravos merece reflexão antes de risos. O que importa é que, de fato, desde então os belicosos Marajó deixaram de ser apontados como insubmissos e piratas; o escambo com mercadores anglo-neerlandeses, que durava desde 1599, foi se desvanecendo. Os índios de Mapuá concordaram ou povoar a aldeia Guaricuru (Melgaço) junto com Aricará (Portel) habitando as duas margens do Rio Pará nas ilhas onde se pacificaram, dando materialidade à excursão de Pedro Teixeira: vinte anos depois, fim efetivo da “linha” de Tordesilhas. Ocupação real do vale do Amazonas com a incorporação *ipso facto* do tempo arqueológico na doutrina do *uti possidetis* do Tratado de Madri de 1750. Enfim, o Índio na História do Brasil!

Consequência lógica da pacificação do arquipélago do Marajó em 1659, a Adesão do Pará à independência do Brasil, em Muaná, 28 de maio de 1823. Falar de Missão na Amazônia no “espaço vazio” não faz sentido. As velhas monarquias coloniais caíram na armadilha de sua própria contradição e ambição “civilizadora” ao apelar à Igreja para justificar a domesticação do mundo selvagem. Não há lógica de evangelização senão de homens que vivem na ignorância do Reino de Deus... Portanto, quando esse homem de regiões selvagens e longínquas entram no grêmio da Cristandade logo, de direito e de fato, ficam sob a proteção da Igreja Universal e do Estado evangelizador. Segundo a Escolástica de fundamento aristotélico: *tu te tornas responsável por aquele que cativas...* Tal foi o embrião deixado por Vieira, no solo virgem da Amazônia, da vindoura Teologia da Libertação.

Não se expedem missionários ao deserto para catequizar pedras e feras; nem à selva a fim de capturar e amansar bichos. Eles são chamados em nome de Cristo para levar a Palavra sagrada a homens do fim do mundo... Todavia, mercadores e armadores não constroem navios para ir salvar almas no além-mar, mas sim para transportar mercadorias para vender e lucrar em metrópoles civilizadas, que, portanto, não se produzem nem se transportam mercadorias sem recurso do trabalho de homens que, livres, aceitem laborar. Ou escravos obrigados. Não há alternativa. Além disto, o clima do Trópico Úmido e a geografia amazônica pareciam ser, naquele tempo, do Jardim do Éden proibido aos descendentes de Adão e Eva...

Por isto o nome de Vieira - que foi muita coisa, inclusive missionário e homem de estado - “traidor de Portugal” - ainda causa desconforto ao *establishment* porque seu projeto estava longe da ocupação da Amazônia por colonos ávidos de tesouros e de braços escravos capazes de os arrancar da terra e mandar para o outro lado do Oceano. É dizer, o índio bárbaro e o negro selvagem tidos pelos donos do mundo como seres da natureza, exclusivamente, juntos com os vegetais, minerais e bichos; foram convertidos em cabocos – extraídos do mato – e, mediante o batismo cristão, receberam alma que não tinham. O preço da contradição é a consciência: apaga-se esta ou pelo contrário, com ela, supera-se o impasse.

A doutrina de Vieira vem da experiência de Las Casas; a evangelização é uma dialética que se estabelece em base de construção da igualdade entre filhos do mesmo Pai

eterno. Confrontadas a novos desafios no século XXI, as regiões amazônicas se vêem na incômoda posição de marisco premido entre o mar e o rochedo. De uma parte, interesses externos nem sempre visíveis e compreensíveis pela sociedade condicionam o desenvolvimento regional e local. Por outra, o centro industrial e político do País no Sudeste reage sem, entretanto, consultar e entender a realidade local devidamente.

A missão amazônica de Antônio Vieira explica-se geograficamente, no capítulo colonial do Maranhão e Grão-Pará, entre 1652 e 1661; pelo espaço físico da conquista espiritual que ele com seus confrades realizou sob a geopolítica manifesta à corte de dom João IV, que resultou na lei de 9 de abril de 1655 e sua lógica aplicada às aldeias das missões com o regimento da Igreja particular que ele fundou na Amazônia.



Amazonidade e autodeterminação

Poderiam índios pagãos acusados de pirataria exercer autodeterminação sobre porção-chave do território conquistado? Trata-se do episódio até agora sem interesse acadêmico, em que caciques do Arquipélago do Marajó figuram na correspondência de Vieira como sendo agentes capazes de entabular negociação com delegado plenipotenciário do trono de Portugal e legítimo representante da Igreja Católica Apóstolica Romana. O dito Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, conforme a Lei de liberdade dos índios de 09/04/1655, que “regulou” as relações entre colonizadores e colonizados até sua revogação pela lei que estabeleceu o *Diretório dos Índios*, no século XVIII.

Interessante, por exemplo, saber o que diria a corte internacional de direito sobre isto. Digamos que àquela altura tudo que consta desta história fosse um grande teatro para favorecer os mais fracos e valorizar o papel dos Jesuítas aos olhos dos reis católicos. A hipótese não deve ser descartada a princípio. Entretanto, que dizer do formalismo imposto para frisar o domínio do colonizador?

Ou bem se continua a dizer que “índio não é gente”, como ensinava o juriconsulto Sepúlveda, ou se dá razão a Las Casas e Vieira depois que eles advogaram o direito do índio ser homem como qualquer outro. E, sabendo já que a ONU vem reconhecer a Declaração dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas, cuidar de reler Vieira em seu conselho ao rei de Portugal, quando disse ele ao monarca que a Coroa que tivesse a nação dos Nheengaibas por amiga teria, por conseguinte, o controle de todo o rio das Amazonas.

Isto é um fato geográfico inalterado até hoje, com uma população insular *cabocla* de meio milhão de pessoas, fora emigrantes desta região, sedentos de justiça e de paz como seus antepassados históricos, em 1659. O Marajó que optou pelo Pará contra a colônia holandesa na região, que se antecipou a Belém na adesão à independência do Brasil é o mesmo que reafirma sua autodeterminação histórica manifestada há 350 anos.

A controvérsia amazônica do tempo de Vieira deveria ser tema de estudos de modo que os fatos referidos, verdadeiros ou não; tivessem interesse acadêmico. Pois por aí se verifica na utopia evangelizadora uma terceira via ao impasse entre etnocentrismo e relativismo cultural. O diplomata Antonio Vieira, no século XXI, talvez encontrasse eco no discurso do embaixador do Brasil na UNESCO, Antonio Dayrell de Lima, sobre a diversidade cultural, quando este disse:

A sociedade brasileira reflete, por sua própria formação histórica, o pluralismo. Somos nacionalmente, hoje, uma síntese intercultural, não apenas um mosaico de culturas. Nossa singularidade consiste em aceitar – um pouco mais do que outros — a diversidade e transformá-la em algo mais universal. Este é o verdadeiro perfil brasileiro... Sabemos, portanto, por experiência própria, que o diálogo entre culturas supera – no final – o relativismo cultural crasso e enriquece valores universais.

Na época pós-colonial, o Brasil, ao superar temores adquiridos da inferioridade de Portugal frente a seus concorrentes no passado, tornou-se aberto a idéias e influências do exterior e despertou, também, energias telúricas insuportadas que permaneciam guardadas no inconsciente coletivo. Um processo lento e doloroso de crescimento, fomos vencendo o absolutismo, escravagismo, autoritarismo. Em consequência, de muitos povos e culturas divididas em conflitos e injustiças os Brasis chegaram ao federalismo republicano, ainda que tardio e imperfeito; mas já com passaporte para a democracia participativa como garantia dos direitos humanos e da proteção ambiental. Que são duas âncoras em que a soberania do povo brasileiro segura-se sobre o território historicamente formado.

O que antigos chamavam profecia, modernos, chamam utopia. Agora pós-modernos estão livres para inventar novas palavras. Utopia ou profecia não é fatalidade, mas processo de crenças factíveis. *“O mundo, infelizmente, não apresenta historicamente um jogo simples, equilibrado ou mesmo limpo na matéria: as disproporções em termos da escala ou da resistência das culturas, assim como da difusão das mensagens e dos produtos culturais, são com efeito muito grandes”* – ensina o embaixador Dayrell de Lima ... *“A globalização, neste aspecto, apresenta uma preocupante tendência à homogeneização cultural, quando não à hegemonia pura e simples em certos setores culturais.”*

A originalidade de Antônio Vieira é a reconstrução de um passado com visão de futuro para corrigir injustiças do mundo presente: crença em uma harmonia perdida que pode ser recuperada. Uma filosofia digna da complexidade de Edgar Morin, com brilho retórico extraordinário. Ele não se opunha ao colonialismo como revolucionário, mas se esmerava por converter o reino de Portugal por esforço de persuasão titânico e o exemplo ético a fim de fazer acontecer o reino de Cristo consumado na terra, o “Quinto Império”. A história do passado convertida no presente, sob pressão do presente e da ambição do futuro como queria o reformista José Honório Rodrigues.

Paralelo ainda entre o discurso do embaixador do Brasil na Unesco e a atualidade do pensamento vieiriano pode ser estabelecido, quando se lê recentes estudos sobre o autor da *Clavis Prophetarum*, como o trabalho crítico e investigativo de Silvano Peloso. Aquele diz:

Mas “diversificar é preciso”: a diversidade cultural é, em um certo sentido, o próprio reflexo da necessidade abrangente da múltipla diversidade de vidas na Natureza, a fim de que essa possa como um todo renovar-se e sobreviver. A cultura é a “natureza” do homem. A diversidade cultural pode ser vista, por conseguinte, como a nossa “biodiversidade” — aquela que deveríamos preservar, se não quisermos estiolar em um mundo globalizado que seria desprovido dos conteúdos, valores, símbolos e identidades que nos dizem intimamente respeito.

Vieira, educado na Bahia, e missionário no Pará, descendente da classe pobre, ator importante no jogo de seu tempo, sabia bem o que significa a “múltipla diversidade de vidas na Natureza”. Os índios dentre todos os homens lhes parecia os mais próximos filhos de Deus encontrados na natureza em estado de fraternidade com plantas e animais dos quais eles se acreditavam descendentes totêmicos. Ainda não contaminados pela civilização da pedra e dos metais... Ele fala disso ao interpretar os Profetas no contexto real dos rios da Amazônia. Ele dizia, por exemplo, que eram diferentes os índios mais antigos da região e os tupinambás chegados através de Pernambuco.



Conhecia o comércio das ilhas do Marajó e das aldeias do Amapá que enviavam todos os anos, até 20 navios com carne de peixe-boi. Fora os demais “gados do rio”, como tartarugas e pirarucu. Tudo isto a troca de contas de vidro, facas, espelhos, machados, anzóis e outras manufaturas genericamente denominadas miçangas. Quando aquela pesca passou a abastecer Belém e a frota portuguesa substituiu o comércio com os holandeses, o saque dos rios continuou, mas o índio pescador deixava de ser cliente de escambo para ser escravo de Pesqueiro Real. Naturalmente, começa, aí, a diáspora para as Guianas que iria se intensificar durante a repressão ao cacique bando-leiro Guiamã (1723) e em 1757 com o Diretório dos Índios...

O pirandelismo tropical da nossa historiografia pouco se interessa por investigar assuntos como este. Mas, doravante, levantar fontes para a história das populações tradicionais da Amazônia, é garantir o futuro sustentável da região. Se soubermos que o padre Antônio Vieira, além de sermões barrocos e cartas sobre o Quinto Império, foi conselheiro econômico d’el-rei, será menos difícil compreender o significado da Missão amazônica que ele empreendeu. Sobretudo, no que concerne à produção local e autogestão das aldeias. O lado político e sócio-econômico da missão jesuítica pode esclarecer a periferação da região no debate da sustentabilidade da Amazônia.

Quanto às forças que combateram o projeto sebastianista para a Amazônia portuguesa, é interessante ler o professor Paiva Abreu sobre Pirandelo e o Brasil. Diz ele que a Sicília serve de referência para análise do Brasil por diversos motivos. Obviamente, uma visão pessimista sobre setores da sociedade que tecem a trama mafiosa dos *Descobrimientos* e da colonização. Devemos começar por saber que a famosa escola de Sagres é criação poética, na verdade estaleiro em Lagos com menos formalidade do que reza nos compêndios, financiamento de mercadores da Itália e cerne da “teoria do segredo” (cf. Jaime Cortesão) de navegações antigas através da corrente equatorial marítima, razão do provável conhecimento da costa do Brasil antes do Descobrimento.

O pequeno Portugal com sua proeminência geográfica sobre o Mar-Tenebroso construiu a partida para porfia ultramarina. O Brasil não figurava como mais que uma parada para reabastecer navios de água e poucos víveres da terra na carreira para a Índia. O que viria ser a Amazônia, felizmente para os nativos que ali criaram civilização mil anos antes da passagem do primeiro branco; permaneceu isolada durante quase um século depois da colonização de São Vicente e Pernambuco (1530). Se não fossem holandeses começar a bisbilhotar o caminho de Orellana e aliciar índios para o seu partido, certamente, essa gente ficaria sossegada em seus costumes por mais uma temporada.

Escritor elegante e prolixo, Antônio Vieira é otimista até o fim da longa e atribulada vida. Contrastando a seu pensamento Luigi Pirandello, por exemplo, é interessante para compreender a ruína da Missão amazônica diante da política imperante: em sua “perpétua busca da verdade multifacetada”, Pirandello com a frase “*Assim é, se lhe parece*” imortalizou a idéia de verdade relativa. “*Não interessa o fato, interessam mais as versões sobre o que ocorria com a família Ponza*” ...

Assim a invenção da Amazônia. Vá lá que Vieira carregou nas tintas e puxou brasa para sardinha da Companhia a fim de impressionar a corte. Principalmente, porque o amigo e protetor dom João IV estava morto (1656) e, também, era finado o aliado Menasseh Ben Israel (1659), com quem dividiu a esperança de reconciliar as religiões nascidas do seio de Abraão e repatriar capitais para Portugal na construção de um novo império universal.

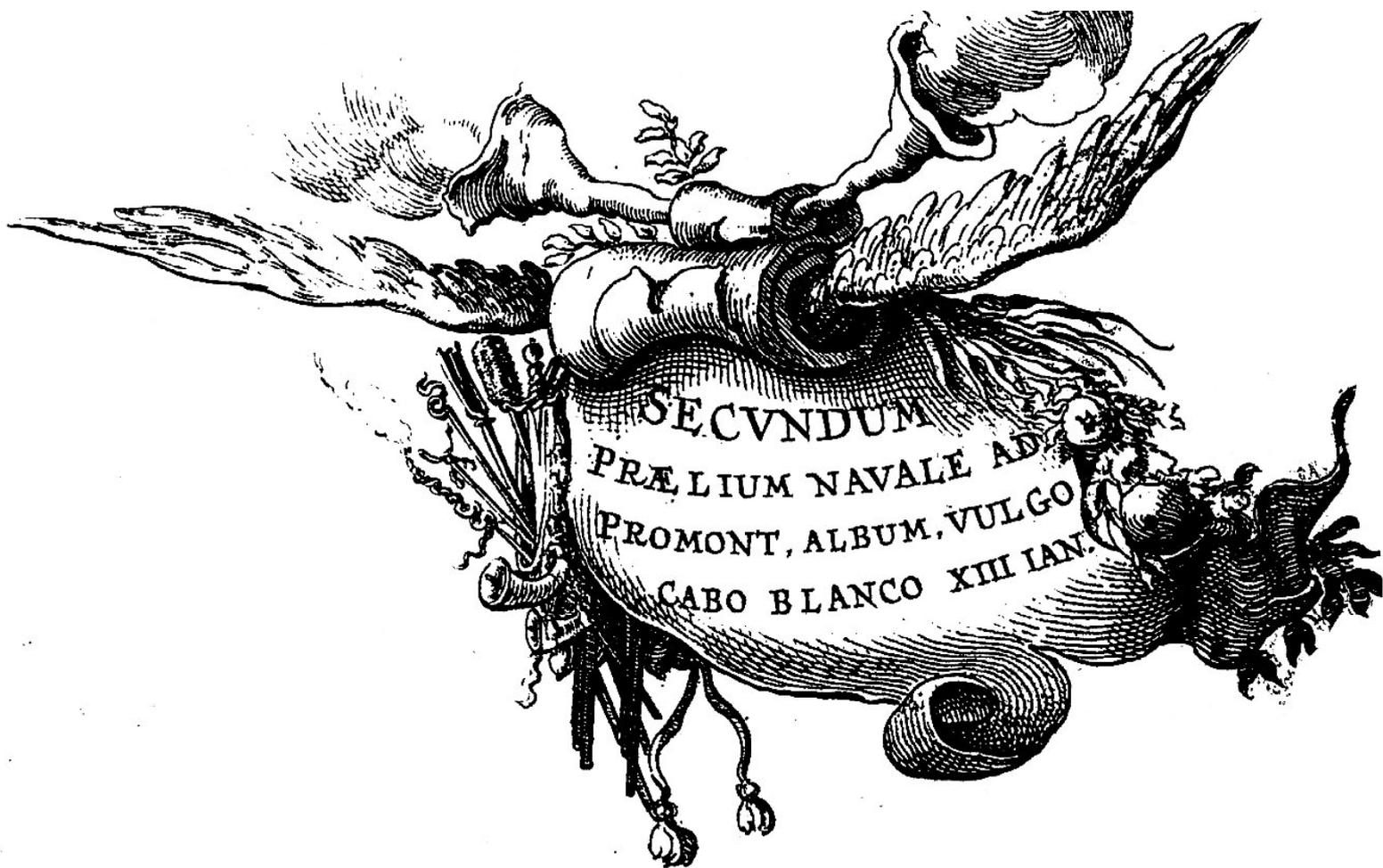
Em meio a diversas especulações, as *Cartas* de Vieira são fonte que os caboclos descendentes dos índios das ilhas têm para argumentar e defender seus direitos. O plano do *Payaçu*, que provocou revolta dos colonos, dá a seguinte pista:

Estes são os sinais comuns, que nos aponta o Profeta [Isaias] daquela terra e gente; mas porque assinala miudamente outros mais particulares, e que não convêm a toda gente e terra do Brasil, é outra vez necessário que nós também declaremos a Província e gente, em que eles todos se verificam; e esta gente e esta Província mostraremos agora que é a que com toda a propriedade chamamos Maranhão [estado do Maranhão e Grão-Pará, 1621-1751...] (parágrafo 277 da “História do Futuro”).

*Diz pois o Profeta, que são estes homens uma gente, a quem os rios lhe roubaram a sua terra [...]. E é admirável a propriedade desta diferença, porque em toda aquela terra, em que os rios são infinitos e os maiores e mais caudalosos do mundo, quase todos os campos estão alagados e cobertos de água doce, não se vendo em muitas jornadas, mais que bosques, palmares e arvoredos altíssimos, todos com as raízes e troncos metidos na água; sendo raríssimos os lugares [...] em que se possa tomar porto, **navegando-se sempre por entre árvores espessíssimas de uma a outra parte, por ruas, travessas e praças de água** (grifei) [...] e posto que estes alagadiços sejam ordinários em toda aquela costa, vê-se este destroço e roubo, que os rios fizeram à terra, **muito mais particularmente naquele vastíssimo Arquipélago do rio chamado Orelhana e agora das Amazonas** (grifei; parágrafo 278, edição fac-similar da IOE: Belém, 1998, da edição da *História do Futuro*, Lisboa, 1718).*

Na *Clavis Prophetarum* (cf. S. Peloso), o reino de Cristo chamado o Quinto Império, é claramente localizado na Europa, sustentado pelo trono de Portugal em toda a cristandade e, por fim, na orbi terrestre com a conversão geral de pagãos, gentios, judeus e islâmicos ao Evangelho... Como todo oráculo cabem diversas interpretações. O mais interessante da cultura do futuro ou arte profética é o fato de que nenhum acontecimento se realiza independente de ação humana. Como dizia Sartre: a liberdade implica responsabilidade.

Dois mitos poderosos se encontraram na foz do Amazonas, e por certo de diferentes maneiras entraram em fusão na cultura popular e no inconsciente coletivo até



nossos dias. Marajó está no mundo! A Ilha não se compreende apenas localmente, ela deve ser achada e pensada no Brasil e no mundo para revelar seu significado na paisagem cultural do povo das águas.

Cujas terras estão todas senhoreadas e afogadas das águas, sendo muito contados e muitos estreitos os sítios mais altos que elas, e muito distantes uns dos outros, em que os Índios possam assentar suas povoações, vivendo por esta causa não imediatamente sobre a terra, senão em casas levantadas sobre esteios [palafitas] a que chamam Juráos [jirau], para que nas maiores enchentes passem as águas por baixo, bem assim como as mesmas árvores, que tendo as raízes e troncos escondidos na água, por cima dela se conservam, e aparecem, diferindo só as árvores das casas, em que umas são de ramos verdes, outras de palmas secas.

Difícil acreditar que tal narrativa tenha sido pura invenção. Por isto digo que se a história deixa dúvidas, a geografia desengana. Pois, que interessante! Aos seguidores de Tomé, apóstolo da dúvida; fazer expedições ao rio dos Mapuá tal como Vieira relata (a remos!) de Belém a Cametá; pegar remeiros e guias para Breves e continuar até o arraial onde os índios levantaram barraca consagrada pelo padre como igreja do *Santo Cristo*: reunir descendentes dos Mapuá, Tupinambá, Anajá, Aruã, Pixi-Pixi, Maimaianá, Guaianá, Cambocas... Rememorar a *pax portucalensis* para vir à paz brasiliense.

Quem se habilitará?